

Iniciativas MPT premiadas no Prêmio CNMP

Ano	Categoria	Premiação	Iniciativa	Descrição	Responsável
2024	Integração e articulação	3º lugar	Fórum Capixaba de Resíduos Sólidos (FCRS)	O Fórum Capixaba de Resíduos Sólidos tem por objetivo implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente sob o viés da inclusão sócio-produtiva das associações de catadores de materiais recicláveis. Para isso, possui três Comissões, cada qual com objetivos específicos: 1) Comissão de Instrumentos Jurídicos: objetiva a contratação das associações de catadores pelos municípios para prestação de serviços (transporte, triagem e/ou educação ambiental- relacionados aos resíduos recicláveis) e incorporação de condicionante para as licenças ambientais; 2) Comissão de Fortalecimento das Associações de Catadores: objetiva o diagnóstico e implementação de melhorias nessas entidades e suas regularizações formais (licenças ambientais, CNPJ, capacitações, etc); 3) Comissão de Logística Reversa: objetiva a regulamentação, efetivação e fiscalização da LR. Para consecução dos seus objetivos, conta com a participação de diversos órgãos públicos e sociedade civil, e com metas fixadas.	Janine Milbratz Fiorot/ Isabela de Deus Cordeiro (MPES)
2024	Transversalidade dos direitos fundamentais	1º lugar	Projeto Mujeres Fuertes	Tecnologia social replicável, com promoção da igualdade de gênero para mulheres imigrantes venezuelanas em vulnerabilidade (vítimas de violências, agravadas com a migração forçada), promove o trabalho decente e qualificação profissional (gastronomia e embelezamento), somados a empreendedorismo, buscando resposta rápida para geração de renda e imediata inserção no mercado. Mais do que uma rota metodológica de conhecimentos técnicos, há fortalecimento psicossocial e concessão de recursos financeiros e mitigações de barreiras para início das atividades produtivas. Promove redução de desigualdades, erradicação da pobreza, com recorte de equidade de gênero, com proteção dos seus filhos contra as piores formas de trabalho infantil. Integra o atendimento de mulheres imigrantes para o trabalho decente, buscando dignidade, autonomia e construindo rede de apoio mútuo, com empoderamento social, atribuindo poder e controle sobre suas próprias vidas influenciando suas decisões e suas comunidades.	Alzira Melo Costa
2023	Defesa do regime democrático	1º lugar	Combate ao assédio eleitoral nas relações laborais	A ação ministerial se voltou para o combate à violência e ao assédio praticados no mundo do trabalho com a finalidade de manipular a livre escolha eleitoral de trabalhadores, a partir de condutas empresariais que visavam à obtenção do maior número de votos para candidatos apoiados pelo empregador. O trabalho do MPT também objetivou o combate à discriminação da pessoa que trabalha com base em sua orientação e escolhas políticas. Trata-se de atuação fundamental para a promoção do respeito à dignidade humana, à cidadania no trabalho e de consolidação da Democracia brasileira. A celeridade da atuação exigiu planejamento estratégico, ação permanentemente coordenada e articulada deste ramo do Ministério Público com outras instituições e órgãos públicos incumbidos da fiscalização da regularidade dos pleitos eleitorais, além de significativos esforços dos Procuradores do MPT, que atuaram de maneira uniforme, rápida, eficiente e colaborativa, para o que auxiliou a criação de grupo de WhatsApp.	Adriane Reis de Araújo / Melícia Alves de Carvalho Mesel / Danielle Olivares Corrêa
2023	Sustentabilidade	2º lugar	Faces & Sustentabilidade	Com a COVID-19, o projeto teve como escopo atingir os objetivos da agenda da ONU de 2030 desenvolvimento sustentável, a partir da criação de uma cadeia sustentável e inclusiva. Os pequenos produtores rurais de Parelheiros não conseguiam escoar a produção e adquirimos estes alimentos para capacitação em cozinha industrial cerca de 30 pessoas vítimas do tráfico de pessoas e eram produzidas 1000 marmitas por dia para serem entregues nas comunidades de São Paulo a fim de manter o isolamento social. Etapas posteriores do projeto seguiram com oficinas de capacitação para as comunidades: informática, confeitaria e cabeleireiro. Após, enviamos cestas básicas a estas comunidades para manter o isolamento social. Por último, nos enveredamos para o setor da moda e foram capacitadas vítimas do tráfico de pessoas, em oficinas de costura, crochê e bordado, a fim de que tenham acesso a um trabalho decente, estimule a economia criativa e possuam renda própria.	Gustavo Tenório Acioly

Ano	Categoria	Premiação	Iniciativa	Descrição	Responsável
2022	Equidade de Gênero	1º lugar	Programa Pelo Fim da Violência Contra a Mulher	O Programa pelo Fim da Violência contra a Mulher pretende oferecer emprego para mulheres em situação de violência atendidas pelo sistema de Justiça e/ou assistência social. Para isso, o MPT realiza reuniões com empresas com vistas a convencê-las a aderir ao programa disponibilizar vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e adotar medidas para combater a desigualdade de gênero dentro do ambiente empresarial. A empresa escolhe dentre várias boas práticas de equidade de gênero e combate à violência no trabalho propostas. O Termo de Cooperação entre MPT e o Grupo Mulheres do Brasil visa sensibilizar mais empresas e congregar voluntárias. O MPT também executa chamamentos públicos para escolha de projetos de apoio ao programa a fim de aportar recursos decorrentes de multas por descumprimento de TACs ou ACPs. O programa oferece cartilhas, manuais, campanhas virtuais já elaboradas pelo MPT para combate à violência e assédio no trabalho	Adriane Reis de Araújo / Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes
2022	Equidade de Gênero	2º lugar	Empoderamento de Sobreviventes de Escalpelamento	O MPT realizou pesquisa sobre o trabalho com aproximadamente 45 mulheres vítimas de acidentes de escalpelamento por embarcações no Norte do Brasil (contexto ribeirinho Amazônico). Considerando que cerca de 80% têm interesse em montar um negócio, firmou acordo de subprojeto com o UNOPS, a partir do qual foi realizado um diagnóstico situacional, observando uma perspectiva de gênero e diversidade para a construção de um curso bem-sucedido sobre empreendedorismo. Os resultados subsidiaram recomendações sobre a abordagem do curso, as demandas de acesso a esta população, escolaridade e BPC. Assim, foi realizado um Curso EAD inédito e específico, com foco na comunicação pelo WhatsApp e ferramentas digitais de baixo consumo digital de dados com duração total de 16h. Houve ampla divulgação das inscrições, inclusive em rádios comunitárias ribeirinhas. 43 mulheres se inscreveram, 31 participantes permaneceram até o final do curso e receberam mentorias individuais, sendo que 17 enviaram projetos	Tatiana Costa de Figueiredo Amormino
2022	Diálogo com a Sociedade	3º lugar	Conservação e Multiplicação de Sementes Crioulas	OBJETIVO GERAL: Contribuir para a proteção da agro biodiversidade e da valorização econômica da produção de sementes crioulas destinadas à produção de alimentos saudáveis como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar e de combate à fome, alcançado as comunidades indígenas, faxinalenses e quilombolas. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Aumentar e ampliar a rede de multiplicadores de sementes crioulas no estado do Paraná; Ampliar a conservação da agro biodiversidade nas propriedades rurais; Fortalecer a autonomia alimentar das comunidades indígenas, faxinalenses e quilombolas no Paraná; Garantir a produção e distribuição de sementes crioulas para a produção de alimentos saudáveis; Fortalecer e ampliar a geração de renda familiar com a comercialização de sementes crioulas puras e de qualidade.	Margaret Matos de Carvalho
2021	Diálogo com a Sociedade	1º lugar	Liberdade no Ar	"O projeto Liberdade no Ar é uma iniciativa nacional, com adesão de diversas instituições, que busca contribuir para a prevenção e combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, em sintonia com os objetivos dos Planos Nacionais para a Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, disseminando conteúdo para a conscientização da comunidade aeroportuária, e da sociedade em geral, através de campanhas e capacitação dos trabalhadores. O projeto foi inspirado na história da comissária de bordo americana Shelia Fedrick que salvou uma menina vítima de tráfico humano após desconfiar do modo como o acompanhante dela a tratava durante o voo da Alaska Airlines entre Seattle e San Francisco, em 2011. Sobre o tema, a Revista Forbes divulgou que cerca de 60% do crime tráfico de pessoas é cometido através do transporte aéreo, de modo que uma atuação que busque prevenir o tráfico de pessoas com o fim de trabalho em condição análoga à de escravo deve atuar neste segmento	Andrea Gondim/ Cristiane Sbalqueiro Lopes
2020	Tecnologia da Informação	2º lugar	MPT Cosmos	O projeto "MPT Cosmos" tem por objetivo buscar a padronização e unificação de sistemas administrativos e de processo administrativo eletrônico, consagrando a importância da área estruturante da Instituição, com foco na transparência e na eficiência das atividades administrativas de todas as unidades do Ministério Público do Trabalho	Rogério Veiga Lima / Alex Duboc Garbellini

Ano	Categoria	Premiação	Iniciativa	Descrição	Responsável
2020	Transformação Social	1º lugar	Gente não se vende: a atuação do MPT no enfrentamento do tráfico de pessoas	<p>O projeto objetiva articular a atuação do Ministério Público do Trabalho para prevenir e enfrentar o tráfico de pessoas para fins de trabalho análogo a escravo e exploração sexual, formas contemporâneas de escravidão, observando o teor do Protocolo de Palermo, da Lei 13.344/2016 e 3º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; fomentar a parceria do MPT com outros órgãos, em especial a Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Internacional para as Migrações, a Organização das Nações Unidas, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Conatrae, o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Conatrap, e sociedade civil organizada, a fim de compartilhar experiências, colher dados e realizar mapeamento dos locais com maior ocorrência de exploração, para uma atuação multidisciplinar integrada e articulada; e realizar revisão teórico-metodológica a respeito dos pontos sensíveis que envolvem o tema, desde a linguagem utilizada pelos operadores do direito até questões judiciais relacionadas ao reconhecimento do vínculo de emprego dos trabalhadores e trabalhadoras explorados, assim como recebimento de todos os consectários legais, incluindo a indenização por dano moral individual e coletivo sofrido</p>	Ulisses Dias de Carvalho / Tatiana Leal Bivar Simonetti / Alline Pedrosa Oishi Delena / Ana Roberta Tenório Lins Haag / Catarina Von Zuben / e outros
2020	Transformação Social	3º lugar	Projeto Ubuntu	<p>O "Projeto Ubuntu" consiste na formação agroecológica de comunidades quilombolas, com o respectivo investimento na infraestrutura necessária para implantação das cadeias produtivas escolhidas pelas comunidades. Os recursos aplicados no projeto decorrem de condenação em dano moral coletivo. O projeto é desenvolvido em parceria com a OIT, SENAR, Pastoral da terra e Neuza (Núcleo de Saberes e Práticas Agroecológicas - UFT. Vale destacar que para além da promoção do "trabalho descente", outros benefícios são garantidos a comunidade quilombola, como a segurança alimentar, fixação na terra e resgate cultural. Além da assistência técnica (SENAR), é garantida a cada família do quilombo, o pagamento de uma bolsa de formação no valor de 500 reais mensais. Assim, quanto às cadeias produtivas escolhidas, ficou estabelecido, após diálogo com a comunidade, que seriam cinco as cadeias produtivas: horticultura, avicultura de corte/postura, piscicultura, feijão e mandioca, todas implementadas de forma agroecológica, sem o uso de agrotóxicos. Foram oferecidos os seguintes cursos de formação: horticultura, piscicultura, avicultura de corte e postura, mandiocultura, cooperativismo e associativismo, além de aulas sobre culinária enriquecida oferecida pela Pastoral da Terra. Ademais, a produção agroecológica garante a segurança dos trabalhadores quilombolas. Os produtos do projeto Ubuntu são fornecidos a uma rede de supermercados local, o que garante renda aos quilombolas. Insta destacar que antes do projeto não havia, na cidade de Araguaína e entorno, fornecimento de produtos sem agrotóxicos, de modo que a população da cidade tem se beneficiado enormemente com a iniciativa. Após o êxito do projeto piloto realizado na comunidade do Grotão, o MPT de Araguaína expandiu o projeto para mais 8 Comunidades quilombolas do Estado do Tocantins e o projeto está em implantação nos Estados da Bahia, Rondônia, Acre e Pará, sob supervisão da Procuradora Cecília Santos</p>	Cecília Amália Cunha Santos

Ano	Categoria	Premiação	Iniciativa	Descrição	Responsável
2019	Transformação Social	2º lugar	Neve no sertão: a experiência do MPT na (re)configuração do meio ambiente do trabalho do maior polo gesso do mundo	Identificação das empresas que atuam, formal ou informalmente, na extração, processamento e beneficiamento da gipsita, matéria-prima do gesso para a construção civil, verificação in loco das condições de meio ambiente de trabalho fornecidas aos trabalhadores desse setor econômico e intervenção judicial e extrajudicial para correção das irregularidades encontradas, de forma a melhorar as condições de vida da população da região e garantir dignidade dos trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva. Para tanto, foi feito levantamento prévio das empresas juntamente ao Sindicato da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco (SINDUSGESSO-PE) e ao Ministério do Trabalho. Foram realizadas inspeções por parte de Engenheiros Especialistas em Segurança do Trabalho e Procuradores do Trabalho, por meio de Forças-Tarefas organizadas com apoio da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. Foi constituído Grupo de Trabalho específico para despersonalizar a atuação e centralizar esforços. Foram ajuizadas demandas coletivas com o objetivo de sanar as desconformidades e punir monetariamente as empresas, verba que será destinada à recuperação dos danos coletivos causados à sociedade. Após a realização de nova Força-Tarefa, foram ajuizadas ações de execução dos acordos judiciais firmados com as empresas do setor	Rogério Sitônio Wanderley / Ulisses de Carvalho / Vanessa Pat
2019	Comunicação e Relacionamento	3º lugar	Seis temas à procura de Justiça: a poesia também pode inspirar a luta contra o trabalho infantil e a escravidão contemporânea	Seis Temas à Procura de Justiça: a poesia também pode inspirar a luta no combate ao trabalho infantil e à escravidão contemporânea. A atuação no enfrentamento ao trabalho infantil e escravo encontra inúmeros desafios, que vão além da responsabilização dos envolvidos com as práticas violadoras de direitos humanos, passando pela necessidade de sensibilização e conscientização de trabalhadores, trabalhadoras, famílias, crianças e adolescentes vulneráveis ao aliciamento e exploração nessas formas de trabalho precárias, que perpetuam desigualdades sociais e a condição de pobreza, ausência de cidadania e cultura de direitos em relação a determinados segmentos da população, que não acessam direitos fundamentais, entre estes a população periférica concentrada em aglomerados urbanos, a exemplo das favelas no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a possibilidade de trazer à discussão as temáticas TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL através da literatura, para populações mais vulneráveis a essas graves violações de direitos, mostrou-se uma oportunidade ímpar no sentido de formação de crianças, adolescentes e jovens em direitos humanos e prevenção a essas violações de direitos, na perspectiva da educação, profissionalização e trabalho digno como direitos de todos e todas. A par disso, aproximar o Ministério Público da comunidade, apresentando suas áreas de atuação e formas de provocação da ação ministerial, além de cumprir o papel de promotor de direitos está inserido no escopo do projeto, que abrangeu a realização de um seminário, com grupos de trabalho sobre temas transversais tratados na realidade das comunidades: racismo, machismo, privilégios, trabalho e renda, direito à cidade, criminalização da pobreza; oficinas de poesia com 70 adolescentes e jovens das comunidades do Rocinha, Vidigal, Manguinhos, Mangueira, Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Campo Grande, Nova Iguaçu e São Gonçalo, despertando o interesse pela literatura e poesia, com a reflexão crítica sobre os temas, e, ao final, a participação no evento FLUP, com mesa temática sobre trabalho escravo e infantil, mobilizando ao todo 1000 pessoas durante o evento e alcance de mais de 20 mil pessoas através das redes sociais. O projeto, assim, tem como escopo principal levar informação sobre direitos e cidadania aos que tem menos acesso a essas informações e, ao mesmo tempo, estão mais vulneráveis ao trabalho infantil e escravo ou outras violações de direitos	Elisiane dos Santos / Eliane Lucina
2018	Transformação Social	1º lugar	Migrantes Internacionais e o Mundo do Trabalho: conhecendo e exercendo	O projeto objetiva promover os direitos trabalhistas à luz da legislação brasileira para a população brasileira, migrante e refugiada que reside em Boa Vista por meio de minipalestras, atendimento jurídico, oferta de serviços de atendimento médico e odontológico, realização de exames laboratoriais, e atividades integrativas como recreação infantil, ioga, dança circular, capoeira, dentre outras; SPOTS: É o combate às opressões e atos xenófobos direcionados aos sujeitos migrantes e refugiados em Roraima. Pretendemos através dos spots sensibilizar os cidadãos roraimenses no que refere à recepção dos migrantes e refugiados no Estado.	Safira Nila de Araújo Campos Rodrigues / Priscila Moreto de Paula
2018	Indução de Políticas Públicas	1º lugar	Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca)		Antonio de Oliveira Lima

Ano	Categoria	Premiação	Iniciativa	Descrição	Responsável
2017	Comunicação e Relacionamento	1º lugar	O conselho tutelar no combate ao trabalho infantil - ESMPU e MPT	Consistiu numa atividade educacional e de conscientização, com carga horária de 60 horas-aula, idealizada com o propósito de atingir, nas primeiras etapas, 1000 conselheiros tutelares em todo o país, para despertar a reflexão sobre o seu papel no enfrentamento do trabalho infantil, ampliando os conhecimentos destes, desconstituindo mitos e, com isso, aumentando a eficácia da atuação consciente dos Conselhos. Esses órgãos, presentes em inúmeros municípios em todos os cantos do país, podem ser instrumento essencial à erradicação do trabalho infantil e parceiros fundamentais no trabalho do MP brasileiro, na defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente. A atividade, feita no formato EAD (educação à distância) envolve a análise e compreensão da história social da infância, legislação protetiva nacional e internacional sobre o tema, compreendendo as idades para o trabalho, piores formas de trabalho infantil, aprendizagem profissional, sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Propõem-se, ainda, a discutir propostas de soluções para o enfrentamento do trabalho infantil, em casos concretos, a partir da atuação integrada, em rede, visando ao aperfeiçoamento e maior efetividade na proteção integral da criança e do adolescente.	Elisiane Santos / Renata Coelho Vieira
2013	Indução de Políticas Públicas	2º lugar	Políticas públicas de combate ao trabalho infantil - Ministério Público do Trabalho	O objetivo é garantir a realização de ações e serviços essenciais ao combate do trabalho infantil e à proteção do adolescente. Entre elas está o atendimento adequado às crianças e jovens em situação de trabalho proibido, além do apoio às famílias. O projeto também fortalece o sistema de Justiça, pois insere o Poder Judiciário e o Ministério Público na articulação e indução de políticas públicas de combate à negligência com a proteção da infância.	Rafael Dias Marques